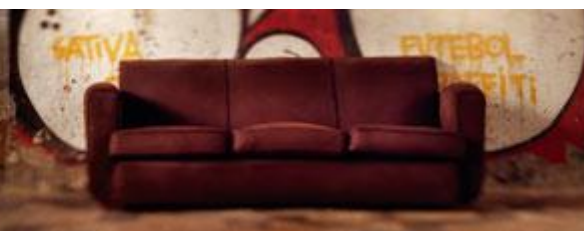


38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

27 A 31 DE OUTUBRO DE 2014 HOTEL GLÓRIA CAXAMBU | MG



GT13 Elites e espaços de poder

Título do *paper*

Ars obligatoria, ars inveniendi: imposições e subversões na afirmação política e intelectual de mulheres parlamentares.

Autora:

Eliana Tavares dos Reis
(UFMA/LEEPOC)

Ars obligatoria, ars inveniendi:
imposições e subversões na afirmação política e intelectual de mulheres parlamentares.

Eliana Tavares dos Reis
(UFMA/LEEPOC)

A reflexão apresentada neste *paper* tem como foco a articulação, aparentemente ambivalente, entre condicionantes que circunscrevem o espaço de intervenções políticas possíveis e, no mesmo golpe, incita à invenção de expedientes plausíveis de luta que alteram o jogo mantendo a sua “rotina”. Assim, o ponto de partida para o estudo em desenvolvimento acerca da afirmação política e intelectual de mulheres no espaço do poder, é a problematização de abordagens que se situam em um dos polos de uma antinomia que deve ser incorporada como fator central de compreensão. Ou seja, levando em conta tanto as lógicas de reprodução como as tentativas (conscientes e inconscientes) de subversão da dominação masculina, traduzidas em posições ocupadas e posicionamentos assumidos no jogo político.

O universo empírico é constituído por oito mulheres parlamentares identificadas num conjunto mais amplo de agentes situados no topo da hierarquia política e que combinam carreiras eletivas longevas com significativa produção escrita¹. Mais precisamente, elas compõem um quadro de 299 Deputados e Senadores que se enquadram nesse perfil. Correspondentes a somente 2% que se notabilizaram tanto na ocupação de posições políticas (administrativas e eletivas) como em meios culturais (universidades, institutos, meios midiáticos, entre outros), a questão que se coloca é a de procurar saber quem são essas mulheres, quais os recursos mobilizam e em que condições conseguem se alocar num espaço no qual são tão raras?² Triplamente raras, porque se distinguem da maioria das mulheres ao entrar na competição política; dos outros políticos por serem mulheres; e da maioria dos políticos (homens e mulheres) por chegarem ao cume da pirâmide política e se destacarem, entre os profissionais, como produtoras de bens culturais.

¹ A pesquisa sobre “políticos que escrevem” inicialmente mapeou 1.181 casos de agentes que seguiram percursos políticos e também publicaram textos. Posteriormente foram delimitados 299 casos singularizados por um investimento significativo, equilibrado e relativamente sistemático na ocupação de postos políticos e produção escrita. Para estes foram aplicadas correlações entre variáveis sociográficas e os gêneros de escrita privilegiados. Ver Grill & Reis (2012).

² É uma justificativa semelhante àquela utilizada por Ana Paula Simioni (2008) no seu estudo sobre pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX. Depois de discutir a escassez de registros sobre as mulheres artistas do período e suas produções – lembrando a orientação de Michelle Perrot (1995) de que o empenho em realizar uma “história das mulheres” significa questionar as seleções oficiais de eventos, sujeitos e fontes tomados como universais (p. 25) – Simioni declara que os cinco casos que privilegiou para a análise em função da existência mais significativa de informações são exemplares justamente porque “o simples fato de que elas tenham se feito perpetuar na documentação já é, em si, um sinal de que algo as diferenciava da ‘massa’ das outras produtoras” (p. 26).

Para tanto, são examinados dados de propriedades sociais, investimentos e inserções políticas e culturais ao longo das biografias específicas das parlamentares, sendo que alguns deles são cotejados com regularidades verificadas no universo dos 299 agentes, objetivando identificar possíveis particularidades ou invariâncias dos trunfos acumulados e sua reconversão em posições políticas conquistadas. E, por esse intermédio, pretende-se extrair indicadores do funcionamento de um jogo pautado por exigências de ajustes a princípios dominantes e a códigos de sucesso político (um espaço de interdições), bem como por possibilidades de criação e inventividade que podem gerar efeitos sobre critérios sociais e políticos de excelência (um espaço de expressões).

Perfil social, político e intelectual de parlamentares brasileiras

No bojo de uma sociologia política e histórica, vários estudos têm refletido sobre processos de reconfiguração das formas de ação/intervenção no mundo social, sublinhando, em uma direção, a crescente diversificação de papéis, espaços, formas de mobilização e exigências de especialização dos agentes sociais (individuais e coletivos). E, em outra direção, a competição existente entre aqueles que, em dadas circunstâncias, afirmam-se como os mais aptos ao exercício de atividades intelectuais e profissionalizadas incluindo, especialmente, a da representação política (Grill, 2013; Achin, 2001; Marengo dos Santos, 2000; Gaxie, 1992; Collovald, 1985; entre outros). Há, igualmente, uma riqueza imensurável de estudos que tratam prioritariamente seja de temáticas relacionadas às conexões entre os intelectuais e a política (Coradini e Reis 2012; Sigal, 2012; Pécaut, 1990; Velloso 1987; entre outros), seja de múltiplas formas de relacionar política e questões de gênero (Pinto 2001; Araújo, 2005; Barreira, 2006; Dolan, 2004; Grossi e Miguel, 2001; Avelar, 2001; Souza-Lobo, 1991; entre outras).

É certamente inviável inventariar com fôlego razoável a produção acadêmica em todas essas direções, com seus múltiplos objetos específicos, vertentes teóricas e universos empíricos. Para o momento, é possível estabelecer as três diretrizes analíticas derivadas do acúmulo de conhecimentos produzidos e pertinentes à reflexão da tripla intersecção temática proposta (“política” – “cultura” – “mulher”).

A primeira e mais ampla parte da existência de interpenetrações entre domínios políticos e culturais, direcionando o olhar para aquilo que se joga nas fronteiras entre universos sociais, particularmente no que diz respeito ao peso de trunfos tidos como intelectuais na conquista de reconhecimentos e de posições relativamente bem situadas na hierarquia do mundo político. Conjugado a isso, a segunda prioriza os condicionantes que agem na afirmação de agentes como representantes políticos e, de maneira mais ou menos indissociável, como produtores legítimos de

representações sobre a política. E a terceira desvela processos interconectados de investidora de porta-vozes autorizados e formuladores de bens culturais fornecendo representações sobre o mundo social a partir de um universo constituído por mulheres que singularizaram suas trajetórias por esse duplo investimento (entre outros, evidentemente).

Os dados que seguem foram organizados para contemplar os três eixos de análise (com o tratamento dos perfis sociais, culturais e políticos) e o exercício consiste em explorar as informações biográficas sobre as oito parlamentares e compará-las sistematicamente com a população tratada precedentemente.

Na primeira pesquisa, observou-se, por exemplo, que além de predominantemente homens, os agentes, majoritariamente, nasceram e atuam nos principais estados do país; são oriundos das chamadas “famílias de políticos” bem situadas socialmente; possuem títulos escolares e profissionais historicamente valorizados e consoantes ao exercício de papéis políticos e intelectuais; e adquiriram seus diplomas nas mais reputadas instituições de ensino superior (Grill & Reis, 2012). Assim, no que as propriedades específicas das mulheres se aproximam ou se distanciam destas características dominantes?

Das características sociais

Quadro1: Perfil Social

	Formação	Instituições	Pós-graduação	Instituições	Profissão*	Ocupação do pai
1	Línguas Neolatinas, Direito e Didática	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Mackenzie/SP; PUC/SP	Não	NA	Advogada	Comerciante, Empresário, Político
2	Pedagogia, História, Geografia	UFPA	Sim	UFRJ, UFPR, Univ. da Califórnia (EUA)	Professora universitária	NI
3	Economia	USP	Sim	USP, Univ. do Colorado (EUA), Univ. Vanderbilt (Nashville), UFRGS	Economista e Professora	Contabilista e Jornalista
4	Matemática	PUC/RS	Sim	Univ. Paris V (FR), EHESS (FR)	Professora e Pesquisadora em Educação	Pecuarista e tropeiro
5	Normal/Magistério	Colégio Adventista Brasileiro (SP) Primeiros Socorros (Idem)	Não	NA	Comerciária, Funcionária Pública e Professor da Educação Básica	Pastor pioneiro e Colportor-evangelista
6	Serviço Social	UERJ	Não	NA	Servidora Pública, Professora, Auxiliar de Enfermagem e Assistente Social	Pedreiro ou lavador de carros
7	Psicologia	USP	Sim	Univ. Michigan e Stanford (EUA)	Psicóloga	Industrial (papel e cartonagens)
8	Letras	Faculdade de Filosofia de Recife.	Não	NA	Jornalista	Médico clínico geral (conhecido especialista em doenças do aparelho digestivo)

Fontes: DHBB (CPDOC) e Dicionários Biográficos da Câmara dos Deputados e do Senado.

* Conforme constam nos sites do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Tomando como fontes principais o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (CPDOC) e os Dicionários Biográficos da Câmara dos Deputados e do Senado, as informações sobre ocupação do pai, formação escolar e profissão declarada indicam características gerais da composição social das parlamentares estudadas, relativamente ao perfil do conjunto de parlamentares tratados anteriormente.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à ocupação do pai, atenta-se para a predominância de posições que indicam origens relativamente altas (afora uma parlamentar que é filha de um pedreiro ou lavador de carros).

Em segundo lugar, a maioria realizou cursos em áreas das ciências humanas e sociais, excetuando-se três agentes que se formaram em economia, matemática e psicologia, sendo que uma delas concluiu também o curso de direito (além da formação em letras). Distinguem-se, pois, do universo mais amplo para o qual a formação em direito é a mais frequente (170/299), seguida por medicina e economia (30 e 28, respectivamente), estando as ciências humanas (21/299) e o curso de engenharia (24/299) em quarta e quinta posições (sendo que esse último não se encontra representado entre as mulheres, indicando o persistente monopólio masculino nesse título/profissão)³.

São essas mesmas, adicionando uma quarta parlamentar (formada em pedagogia, história, geografia), que realizaram Pós-Graduações em instituições de ensino estrangeiras, sendo três nos EUA e uma na França. Entre as quatro, duas também passaram pela mesma instituição de ensino prestigiada (USP) e uma (das ciências humanas) formou-se por uma universidade federal (UFPE). De um modo geral, as Instituições de Ensino Superior (IES) frequentadas são bem alocadas no espaço escolar brasileiro, ainda que nem todas liderem a hierarquia dessas instituições. Confrontando com a distribuição em IES do universo mais amplo, tendo em vista seus estados de fixação, tem-se que entre as dez mais recorrentes estão, nas três primeiras posições, em ordem decrescente: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de São Paulo (USP); em sexto e décimo lugares, respectivamente, encontram-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Quanto ao universo mais específico, tem-se um caso com formação no Rio Janeiro, porém pela Universidade Estadual (UERJ); uma na UFPE; duas

³ Seria relevante uma reflexão mais sistemática (o que não está entre os propósitos deste texto) sobre como o universo escolar e as escolhas implicadas atualizam gostos e habilidades presumidas. Distinções geradas em longos processos de substancialização que abrangem formas de socialização em diferentes níveis de dicotomização do “feminino” e do “masculino” e daquilo que lhe seria “próprio”: exercício de papéis, percepções, relação com os corpos e com os afetos, registros morais, preferências manifestas (esportes, tarefas domésticas, sensibilidades, etc.), entre outros que estão na base de disposições para, por exemplo, certas matérias e cursos escolares.

parlamentares realizaram cursos na USP; outras duas frequentaram instituições em São Paulo, contudo privadas, Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); a deputada formada no Rio Grande do Sul que se formou também pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS); e uma pela UFPA.

Sublinha-se o predomínio de áreas “humanas” ou do uso dos títulos para o exercício da docência – a maioria das parlamentares (cinco) declara ser professora e todas exerceram, no decorrer dos seus itinerários, atividades de ensino variadas – e a correspondência entre as profissões e as formações escolares (com exceção da jornalista que realizou seus estudos universitários em filosofia).

Ainda que não seja possível afirmar uma proeminência escolar dessas agentes em relação aos demais parlamentares que compõem os 299 casos, o exame do perfil de uma delas realça aspecto a ser grifado. Trata-se daquela com origem mais baixa, que se constitui como “mulher”, “negra”, “favelada”, “evangélica”, “petista” e que chegou à posição de senadora e ministra de estado. A escolaridade, juntamente com as adesões políticas e religiosas, certamente se coloca como trunfo importante, no mínimo potencializando as demais inscrições⁴.

Sobressai também, no que tange ao tipo de escolarização, a parlamentar que concluiu o curso de Economia e construiu sua carreira fundamentalmente a partir de uma competência técnica, chegando à deputação federal, ao Ministério do Planejamento e ao governo do estado do Rio Grande do Sul. É possível considerá-la como exemplar do processo, descrito por Maria Rita Loureiro (1992), em que o saber econômico se afirma como nova linguagem do poder, permitindo, aos detentores e interessados, galgar posições de destaque como dirigentes políticos.

A partir do que foi exposto, pondera-se sobre a transfiguração dos recursos escolares e sociais detidos nas inscrições culturais e políticas privilegiadas.

⁴ O que leva a pensar nas considerações feitas por Baudelot e Establet (2007) de que não há uma superioridade escolar das mulheres dos extratos sociais mais abastados, enquanto o contrário acontece para as camadas médias e mais modestas nas quais há um maior investimento escolar das meninas em relação a seus homólogos masculinos, constituindo o título em recurso significativo de distinção e ascensão social. Uma explicação para isso seria a de que o maior investimento das meninas provenientes dos meios populares em educação pode estar relacionado ao papel exercido por suas mães que, geralmente, são as responsáveis pelas contas a pagar, documentações, exercício da escrita, entre outros, e, sendo mais próximas das suas filhas, estimulam-nas a superar determinadas barreiras sociais (Lahire, 1995, Apud Guionnet e Neveu, 2004).

Das inscrições culturais

Quadro2: Atividades/inscrições de caráter “cultural”

	Atividades de ensino	Inserções Midiáticas	Academias de letras, Associações; Institutos, etc.
1	Sim	Produção e apresentação de programas de TV: Literatura brasileira na TV (TV Excelsior, 1960-1961); ABC para você (Rádio Record, 1961-1963); O Mundo é das mulheres (TV Globo). Cronista política do rádio/TV: Crônica da Cidade (Rádio Record, 1963); Política com p maiúsculo (TV Tupi, 1963-1964).	Academia Cristã de Letras; Federação dos Museus; Associação dos Jornalistas e Escritores do Brasil; União Cívica Feminina; Associação Cristã Feminina; Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial de SP; Associação das Mulheres de Negócio e Profissionais de São Paulo.
2	Sim	Autora de artigos semanais sobre educação publicados no Jornal de Brasília, 1980-1982.	Membro da Academia de Letras e Música do Brasil; Fundadora da Sociedade Interamericana de Administração da Educação (1982); Membro da Associação Nacional dos Professores em Administração Educacional (DF) e da Inter Comparative Educational Society, na Pensilvânia (EUA, 1990).
3	Sim	Analista para Assuntos Econômicos da Rede Brasil Sul de Rádio e Televisão (RBS). Porto Alegre/RS (1988-1992); Articulista do jornal <i>Zero Hora</i> . Porto Alegre/RS (desde 1988); Articulista do jornal <i>Folha de São Paulo</i> . Porto Alegre/RS e São Paulo/SP (1988-1989); Articulista do jornal <i>Correio do Povo</i> . Porto Alegre/RS (1986-1988); Analista para Assuntos Econômicos da empresa <i>Caldas Junior</i> - Rádio e TV Guaíba e jornal <i>Correio do Povo</i> . Porto Alegre/RS (1981-1988).	Diretora de Estudos e Pesquisas do Instituto Teotônio Vilela (1999).
4	Sim	Artigos para o Jornal <i>Zero Hora</i> de Porto Alegre.	Fundadora, Professora e Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (déc. 1970-)
5	Sim		
6	Sim	Publica Artigos variados em diferentes jornais de circulação nacional e periódicos.	Fundadora do departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (Cemuf).
7	Sim	Programa diário de televisão “TV Mulher”, nas (Rede Globo, década de 1980). Participante diária, Programa Comportamento Sexual, TV Manchete. Artigos em revistas e jornais como: O Globo, Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo —, sobre políticas públicas de saúde, educação e trabalho, dentro da perspectiva de gênero.	Fundadora e presidente de honra da organização Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual. Membro da <i>Sociedade Brasileira de Psicanálise</i> ; da <i>International Psychoanalytical Association</i> ; fundadora e ex-presidente do <i>Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes</i> (1999-2000); Fundadora e presidente do <i>Grupo TVer</i> (19970).
8	Sim	Jornal do Comércio; Diário de Pernambuco; Visão Editorial (1973-1975); J. Câmara Irmãos (1975-1976).	Fundadora do Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela (1983). Presidente da seção regional do Instituto Alberto Pasqualini em Pernambuco, organismo de estudos políticos ligado ao PDT (1991).

As informações biográficas apontam a significativa inserção das agentes em diversos meios de produção, transmissão e celebração de bens culturais. Todas exerceram, em algum momento das suas biografias, atividades docentes; com exceção de uma, publicaram artigos em revistas e/ou jornais; e três chegaram a atuar como apresentadoras/analistas de rádio e/ou TV. Dessas últimas, duas voltadas às mulheres (uma relacionando “mulher”, “religião” e “família”, a outra associando “mulher”, “sexualidade” e “relações de poder”) e uma centrada em questões econômicas. Adiciona-se a isso a ocupação de lugares de destaque em instâncias de consagração intelectual (como academias ou centros de estudos) e políticas (como associações e conselhos direcionados a questões e categorias variadas: mulher, igreja, educação, sexualidade, condição social...) que atualizam as

diferentes vias de articulação entre as carreiras eletivas, a condição de intelectual e o papel de porta-voz de determinadas causas e problemáticas.

Tais inserções são exemplificadas no quadro abaixo, no qual somente não há o registro de uma das oito, filha de um pastor adventista, vinculada a partidos de direita e para qual, comparativamente às demais, foi detectada a menor produção escrita.

Aos aspectos referentes às inscrições culturais das parlamentares, adicionam-se aqueles concernentes ao tipo privilegiado de produção escrita. Sem considerar a infinidade de artigos em jornais e revistas de grande circulação (que é a mais freqüente das produções), de um modo geral foi localizado um montante de 107 títulos, com uma média de 13 textos (preponderantemente livros) publicados por agente.

Quadro 3: **Produção escrita**

	Gêneros de Escrita	Temáticas	Principais Editoras ou locais de Publicação	Década na qual se concentram o maior núm. de publicações localizadas	Quantidade localizada de publicações
1	Especializada, Literatura e Biografia Histórica	Gramática, Poesia, Paulo Setúbal.	Edição do autor, Editora Giordano, Pax & Spes Livros	1990	10 (principalmente livros)
2	Especializada (Educação)	Ensino no 1º e 2º graus.	INEP-MEC, MEC-CFE, DEF-MEC, Informativo ANPAE, Edições Bloch, Ed. Pioneira.	1970	14 (sobressaem os <i>papers</i> , informativos e livros em co-autoria).
3	Especializada (Economia)	Introdução à economia, dívida externa, inflação (...).	Ed. Perspectiva Eco, Ed. McGraw-Hill, Indicadores FEE, Ed. da Universidade, Ed. Konrad Adenauer-Stifung, Ed. São Lourenço, Instituto Teotônio Vilela.	1990	28 (sobretudo, livros, co-autorias, coletâneas e discursos em Plenário da Câmara).
4	Especializada (Educação) e generalista	Matemática: alfabetização, didática, construtivismo (...).	Editora Paz e Terra, Editora Vozes, Editora Kuarup, Editora Sulina, L&PM Editores, Artes & Ofícios Ed.	1990	16 (principalmente livros)
5	Generalista e Especializada (educação)	Mulher e Família, economia, problemas sociais (...).	-	-	Foram localizados 4 textos com títulos, porém não especificados
6	Generalista	Mulher, violência, questão racial, crianças e adolescentes (...)	Ed. CBCISS, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Mauad Editora Ltda	1990	17 (com ênfase na divulgação da Câmara e Senado)
7	Especializada e generalista (sexologia)	Sexo (ver alternativas).	Própria autora, Brasiliense, Ed. Vozes, Espaço e Tempo, Ed. FDT, Ed. Agir Casa do Psicólogo, Ed. Olho D'água,	1980-1990	11 (principalmente livros)
8	Generalista e Memórias	Informática, Política, e memórias.	Ed. Veja, Ed. Paz e Terra, Ed. Hucitec,	1980	07 (livros e co-autorias).

Considerando amplamente a classificação dos tipos de escrita e temática, bem como as correlações realizadas na pesquisa abrangendo os 299 parlamentares, há nítida aproximação com as regularidades evidenciadas aqui. Nomeadamente, obteve-se naquele momento a seguinte distribuição das freqüências: as mais recorrentes foram aquelas que exigem conhecimentos especializados, 124 (41,5%), e as de caráter generalista, 98 (32%); seguidas das chamadas

biografias históricas (centradas na exaltação, particularmente, de contextos, eventos ou personagens), 52 (17,5%); a dedicação à literatura (romances, poemas...) foi constatada para 23 (7,5%) casos; e somente 02 (0,7%) dos agentes se dedicaram à produção de memórias ou algum tipo de relato autobiográfico⁵.

É possível identificar entre as mulheres parlamentares a consagração de registros de escrita em proporções próximas àquelas encontradas na população mais geral. Prevaecem as publicações de caráter mais especializado e generalista, que aumentam em importância nas últimas décadas. Também há a associação, aparentemente elementar, entre escritos generalistas e a formação em áreas de humanidades (letras, magistério, serviço social), e entre escritos especializados com títulos em áreas mais técnicas (como economia, direito e até psicologia).

Das posições políticas

A inserção das mulheres na esfera política institucionalizada é problematizada em numerosos trabalhos que visam entender divisões de gênero e seus condicionantes na arena política, partidária e eleitoral.

Cabe assinalar desde já, que não está entre os propósitos da análise discutir a necessidade de participação mais significativa, do ponto de vista quantitativo, das mulheres na política institucional e eletiva ou mesmo ceder a uma “síndrome positiva da exclusão” que leva a considerar aquilo que é “numericamente inferior no campo da política, em qualitativamente superior” (Barreira, 2006:4). Nem tampouco se pretende exaltar características e conteúdos como propriamente “femininos” ou naturalmente necessários ao espaço do poder (para “humanizá-lo”, por exemplo), ou pressupor a existência de uma categoria como provida de unidade social, homogênea, reificada, logo, desconsiderando a heterogeneidade dos seus usos possíveis em dinâmicas de luta. Seria arbitrário reivindicar uma espécie de “feminização” do jogo político, o que implicaria em comprovar, como indicaram Lévêque e Dulong (2002), a existência de práticas políticas especificamente (ou “naturalmente”) femininas e que sejam mais ou menos “hegemônicas”.

Aparentemente positivadoras da atuação política das mulheres, tais posturas, quando atribuídas “de fora” (por pesquisadores ou pares que não se constituem “como parte”), podem assumir ares de solicitações condescendentes de uma presença essencializada e essencializadora de

⁵ A escassez de “memórias”, em especial de relatos do tipo autobiográficos, está associada a perfis políticos e desdobramentos peculiares de carreiras que condicionam investimentos deste tipo. Para uma discussão dirigida às apostas neste gênero de escrita, ver Grill (2012).

interesses, consoantes à auto-evidência da “desigualdade” de uma “minoría”⁶. No entanto, quando solicitadas “por dentro”, podem trazer à tona como determinadas características, concebidas como signos de exclusão, são passíveis de serem acionadas na competição política. Ou seja, aquilo que constitui o “ser mulher” pode aparecer como um *handicap* justamente para obtenção de proveitos retirados da composição de certas propriedades de gênero (fazendo da “necessidade uma virtude”, nos termos bourdieusianos,). É preciso, pois, ponderar sobre as possibilidades de investimentos no sentido de transformar elementos de exclusão socialmente instituídos em atributos positivamente acionados nas relações de poder (Guionnet e Neveu, 2004), e ainda modulando-se incessantemente como *identidade estratégica* que, é preciso frisar, não é puramente sinônimo de “instrumental” (Collovald, 1988)⁷.

A pretensão aqui é apenas sistematizar alguns indicadores de atuação e ocupação de cargos que possibilitam obter elementos do perfil político das parlamentares que se distinguem de outros/as parlamentares por suas inscrições em domínios culturais.

Quadro 2: Perfil Político

	Estado (atuação política)	Idade quando assumiu 1º cargo	Período de atuação política (décadas)	Partidos	Cargo eletivo mais alto	Cargo administrativo mais alto	Tipo de cargo inaugural	Carreira que prepondera
1	SP	+/- 26 anos	1950-90	UDN, Arena, PDS, PL, PFL	Senadora	Secretaria Estadual de Cultura	Eletivo	Eletiva
2	PA	+/- 28 anos	1960-2010	Arena, PDS, PFL, PTR, PPB, PP	Deputada Federal	Secretária Estadual de Educação	Administrativo	Administrativa
3	RS	+/- 49 anos	1990-2010	PSDB	Governadora	Ministra do Planejamento, Orçamento e Coordenação	Administrativo	Equilibrada
4	RS	+/- 53 anos	1980-2010	PT	Deputada Federal	Secretaria Municipal de Educação	Administrativo	Equilibrada
5	PE	+/- 29 anos	1950-90	Arena, PDS, PFL, PDC	Senadora	Secretaria Estadual de Educação	Administrativo	Equilibrada
6	RJ	+/- 40 anos	1980- 2010	PT	Senadora	Ministra da Igualdade Racial	Eletivo	Eletiva
7	SP	+/- 50 anos	1990-2010	PT	Senadora	Ministra do Turismo e Ministra da Cultura	Eletivo	Eletiva
8	PE	+/- 39 anos	1970-90	MDB, PMDB, PSDB, PDT	Deputada Federal	NSA	Assessora Parlamentar	Eletiva

⁶ Lógica aplicada a categorias como “gênero”, “raça” e “classe”, não raro, como apontou Scott (1995:73), sugerindo equivocadamente a existência de uma paridade entre elas.

⁷ Annie Collovald (1988:29) esclarece: “‘marca’ simbólica que distingue o ator político dos seus pares, sua identidade é então uma identidade construída e redefinida a todo tempo nas diferentes instâncias que às retomam. Além disso, dependente das relações de concorrência de cada um no seio desses lugares de fabricação de identidades públicas e entre os mesmos, esta ‘marca’ parece, paradoxalmente, uma multiplicidade de identidades que são ‘abertas’, sempre sujeitas a modificações”.

Os estados da federação nos quais as agentes atuaram encontram-se entre os seis primeiros mais freqüentes para os 299 parlamentares (somam 222 casos e 75% do total): São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco (estão, respectivamente, na primeira, quinta e sexta posições no quadro geral, e com duas representantes em cada um deles no quadro específico). Há um caso no Rio de Janeiro (o segundo mais recorrente no conjunto dos parlamentares) e um no Pará (que está entre os 25% dos demais estados na classificação mais ampla).

A idade de ingresso formal na política é, em geral, com mais de 39 anos e ocorre principalmente entre as décadas de 1970 e 1990. Destaca-se a convergência entre três casos cujas entradas são anteriores em termos de idade e de décadas de estréia em cargos públicos (principalmente nos 1960), e cujos percursos de filiação a partidos são passíveis de serem classificados como à direita, em diferentes períodos (UDN, Arena, PDS, PL, PFL, PTR, PPB, PDC e PP); ao passo que as demais podem ser localizadas como mais ao centro (direita e esquerda) ou esquerda no espectro de forças político-partidárias (MDB, PMDB, PSDB, PDT e PT).

Quatro passaram a ocupar cargos políticos (administrativos e eletivos) a partir da década de 1980 e se encontram em atividade – por isso o tempo de carreira é de três décadas. Sublinha-se que duas não possuem perspectiva de carreira, pois já faleceram; uma perdeu o mandato de deputada em 2010 e, posteriormente, a Justiça do Distrito Federal manteve sua condenação por improbidade administrativa, o que significa que não poderá concorrer a cargos públicos até 2020; e outra, exaltada por ser a primeira mulher senadora do país, em 1979 pela ARENA (foi a segunda deputada estadual mais votada do Amazonas de 1974 a 1978), aposentou-se por idade em 1999, no cargo de vice-presidente do colegiado do Tribunal de Contas do Amazonas.

Considerando as sequências de cargos políticos ocupados, é possível perceber que quatro mulheres ingressaram na carreira por cargos administrativos, três por cargos eletivos e uma como assessora parlamentar; enquanto quatro chegaram, como cargo mais alto, a senadoras, três a deputadas federais e uma a governadora. No que tange aos cargos administrativos, sete alcançaram a direção de ministérios ou secretarias, sendo três na área da educação, duas da cultura, uma da igualdade racial (ministra) e uma do planejamento (ministra pertencente ao PSDB, formada em economia com Pós-Graduação, e com uma carreira em que prepondera o perfil administrativo). A única que não ocupou tais postos no executivo foi a jornalista, que ingressou como assessora e faleceu precocemente em 1992.

Acentua-se que os trajetos não parecem diretamente ligados aos dados de ingresso (década ou idade) ou ao perfil ideológico/partidário. Ao contrário, a ascensão a cargos elevados e a superação de bloqueios parecem decorrentes de atributos pessoais e identificações pessoalmente construídas nos percursos em instâncias variadas como a mídia, a religião, o magistério, os

movimentos sociais, etc. Não deixando de mencionar a primazia de mulheres em cargos situados no pólo dominado (a chamada mão esquerda do estado) das “lutas palacianas” (Bourdieu, 1989), já bastante ressaltado na bibliografia sobre mulheres na política.

Três das agentes, com perfis sociais e políticos bastante heterogêneos, atuaram como constituintes vinculadas aos seguintes partidos: ARENA, PT e PSDB/PDT. De 590 parlamentares, 26 mulheres participaram como deputadas (nenhuma senadora) da Assembléia Nacional Constituinte (Sow, 2010)⁸. Para o momento, destacam-se somente as áreas (disponíveis) de atuação das três parlamentares em pauta: menor, creche, planejamento familiar, licença maternidade e família; planejamento familiar, menor, educação, trabalho doméstico, igualdade de sexo, licença gestante; planejamento familiar, educação, menor, aborto e família. No entanto, puderam se distinguir nas subcomissões às quais se vincularam – compatíveis com os perfis e temáticas/causas por elas mais diretamente priorizadas –, por exemplo: Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso; Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias; Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (Idem).

Conjugam-se aos cargos políticos anteriores (foram vereadoras, deputadas estaduais e deputadas federais), as vice-lideranças e vice-presidências. Foram: vice-líder do governo, vice-líder do partido, vice-líder do bloco partidário pertencente; vice-presidente do diretório regional do partido, vice-presidente do senado federal, entre outros. Sendo assim, ainda que exerçam mandatos nacionais, raramente acumulam posições de primeira liderança, mesmo que detenham recursos social e politicamente valorizados (proveniência de meios sociais privilegiados, escolarização, inserções e redes políticas, etc.).

Irllys Barreira (2006:16-17) ponderou que a participação de deputadas e senadoras comumente em comissões de educação e cultura e seguridade social e família, não necessariamente significa o reflexo de uma “divisão hierárquica do trabalho político”, mas, provavelmente, a busca das mesmas em coadunar suas formações, profissões, militâncias, inserções prévias às temáticas privilegiadas. É na ocupação de certos postos como de direção da mesa ou funções de liderança que se poderia evidenciar a desigual distribuição de posições dominantes.

A autora se apoia, por sua vez, no raciocínio de Marengo dos Santos (2000), que assevera sobre a associação entre peso das instituições em regimes democráticos e a prevalência de ocupantes desses postos que são estabelecidos politicamente (com carreiras partidárias e legislativas longevas). Revisitando a tese desse pesquisador à luz da população de mulheres aqui examinada (com percursos políticos significativamente exitosos e relativamente fiéis às suas siglas) e

⁸ Além da produção da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, tiveram uma comissão específica para discutir os “seus direitos”: a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

explorando ainda mais a pista sugerida por Barreira, chega-se a constatação de que é na seleção a esses lugares de liderança que se localiza a dinâmica mais evidente de estratégias de defesa do protagonismo institucional pelos homens e, então, de reprodução dos representantes do sexo masculino nessas posições. Haja vista que mesmo as parlamentares do sexo feminino as mais bem situadas na hierarquia política e as mais bem providas de recursos políticos e culturais dificilmente ultrapassam o “teto” da condição de “vices” ou alcançam os lugares de liderança e as presidências.

Biografias e construções de equivalências

A conquista de posições políticas por mulheres, bem como os sentidos e impactos que encerram, estão relacionados a *espaços de possíveis* delineados em sucessivas configurações históricas e sociais (Bourdieu, 1996; Lagrave, 1990). São geralmente ressaltadas as transformações no âmbito político (são exemplares a atuação de grupos feministas articulados sob condições restritivas impostas pelo regime militar nos anos 1970, ou as lutas em torno do sistema de cotas, inscritas no debate mais abrangente sobre a eficácia de ações afirmativas nos anos 1990); no econômico (reordenações da divisão social do trabalho, realocação de tarefas e redefinições de “competências”); e no cultural (investimentos em escolarização, diversificação das universidades, dos cursos universitários, do mercado editorial, dos princípios de produção de bens culturais variados, e a própria produção de conhecimento científico).

As agentes aqui tratadas estão localizadas em diferentes estágios de processos de emergência, afirmação e disputas em torno das “causas” e das suas próprias porta-vozes. Examinando-se as biografias, têm-se pistas da inscrição das parlamentares no trabalho de consagração social e institucional de uma série de direitos considerados como ganhos ao reconhecimento/politização de questões relativas às mulheres. Como está sendo sustentado, é imprescindível verificar as propriedades e os trunfos detidos que autorizam tomadas de posição que, não raro, se objetivam em garantias legítimas⁹.

Sendo assim, as anotações que seguem visam, ao mesmo tempo, retomar aspectos dos perfis sociais, culturais e políticos das agentes e relacioná-los, ainda que de modo preliminar, a equivalências que sintetizam suas principais inscrições e posicionamentos (extraídos de fontes variadas, como repertórios biográficos, entrevistas localizadas em diferentes sítios de internet, escritos das próprias parlamentares, entre outros). Mais especificamente, foram buscadas

⁹ Um exemplo é a afirmação do sistema de cotas para mulheres nos partidos políticos. Para a discussão sobre os efeitos e outros aspectos condicionantes da inscrição de mulheres na esfera política e no recrutamento dos partidos políticos, ver Araújo (2005); Grossi e Miguel (2001), entre outros.

referências atinentes à participação no mundo político, especialmente relativas à ativação das categorias “mulher”, “gênero” e “feminino”. Dois apontamentos devem ser feitos. O primeiro de que a mobilização dessas categorias pode expressar tanto princípios de reprodução, como formas de identificação ou dispositivos estratégicos de luta (que podem emergir de forma dissociada e/ou imbricada, conforme o perfil). E o segundo de que não há uma relação imediata entre referências à condição feminina, de mulher ou de gênero e a persistência ou o combate a formas de reprodução de relações e lógicas de dominação; do mesmo modo a ausência desses termos nas tomadas de posição não significa, diretamente, submissão e entrave à busca de *equilíbrio da balança de poder*.

Para a descrição subsequente, propõe-se uma sequência mais ou menos lógica dos perfis, pesando os desencadeamentos das biografias das agentes em termos cronológicos e de localizações no espectro político-ideológico, haja vista serem esses os condicionantes que parecem oferecer indícios distintivos das condições de entrada e de intervenção no jogo social e político.

Os três primeiros casos dizem respeito a parlamentares com formação em Línguas, Pedagogia e Magistério, respectivamente (duas delas não investiram em Pós-graduação), que estrearam sua participação no cenário público nas décadas de 1950 e 60, em partidos considerados de direita no espectro político ideológico (as três passaram pela Arena, PDS e PFL), e, comparativamente às demais, são aquelas com o ingresso mais precoce na política, tendo assumido o primeiro cargo antes dos 30 anos de idade (26, 28 e 29, respectivamente).

A primeira é formada em Direito (assim como seu marido, que também é médico e empresário), além de ser cantora e escritora. Participou de concertos de música de câmara e folclórica internacional e cursos de história da música para a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, bem como atuou em rádio e televisão, onde produziu e apresentou diversos programas e foi cronista política de programas diários. O pai foi empresário e político, do qual teria herdado a carreira política. O primeiro cargo eletivo foi como vereadora na legenda da União Democrática Nacional (UDN) e foi uma das articuladoras do movimento Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Foi deputada estadual por São Paulo (1966-1974) e Senadora (1982). Entre outras pertenças, foi membro da Academia Cristã de Letras, da Associação dos Jornalistas e Escritores do Brasil, da União Cívica Feminina, da Associação Cristã Feminina, do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial de São Paulo e da Associação das Mulheres de Negócio e Profissionais de São Paulo. A maior parte da sua produção escrita foi publicada na década de 1990 e priorizou trabalhos especializados (Gramática), literatura e biografia histórica. Ela acionou nos seus posicionamentos as condições/causas de mulher, cultura, religião, de direita e empresária. Faleceu aos 83 anos, em 2008, por insuficiência cardíaca e é “considerada uma das celebridades intelectuais e políticas com berço em Rio Preto”. (Principais fontes: DHBB e http://www.diarioweb.com.br/editorial/corpo_noticia, acessado em dezembro, 2012).

A segunda realizou também os cursos de história e geografia, bem como fez pós-graduação no Rio de Janeiro e nos Estados Unidos. O primeiro cargo ocupado foi em 1965, como secretária de Educação e Cultura do governo arenista de Jarbas Passarinho, no Pará. Em 1969, assumiu o cargo de diretora do departamento de Ensino Fundamental do Ministério de Educação e Cultura (MEC), em Brasília (DF), e compôs o grupo estadual para elaboração do projeto MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a comissão encarregada de estruturar a Faculdade de Educação da UFPA. Entre outras atribuições, na década de 1970: chefiou a delegação brasileira à Conferência Especializada sobre Educação Integral da Mulher da OEA, em Buenos Aires; ingressou no Conselho Federal de Educação; viajou aos Estados Unidos, a convite da United States Agency for International Development (USAID — Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional); foi membro suplente da Comissão de Moral e Civismo do Distrito Federal e Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal (1979-1985). O primeiro mandato, como deputada federal, veio

somente no início da década de 1990 (pelo extinto Partido Trabalhista Reformador/PTR). Foi filiada ainda ao: Partido Progressista (PP), ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1999, assumiu pela quarta vez a pasta da Educação do Distrito Federal. Foi deputada distrital (2002-2006). Sua dedicação à produção escrita foi mais intensa somente durante a década de 1970, e contemplou, basicamente, temáticas educacionais, de um ponto de vista mais preponderantemente especializada (Principais fontes: DHBB e <http://www2.camara.leg.br/deputados>, acessado em novembro de 2012).

A terceira tem uma origem adventista (o pai é pastor e Colportor-evangelista) e o primeiro cargo público foi no Serviço Municipal de Educação (1958-1962). Vinculada à ARENA, foi eleita deputada estadual, em 1974, ocupou a Secretaria do Trabalho e Ação Social do governo e chegou ao Senado em 1979 (seu principal trunfo é ter sido a primeira mulher ocupar um lugar no Senado Federal). Com o pluripartidarismo, filiou-se ao PDS. Participou da criação do Movimento da Mulher Democrática Social (MMDS) e foi eleita deputada federal pelo PFL, em 1986. Integrou a Assembléia Nacional Constituinte (que elaborou a Constituição de 1988) nas áreas “do menor, creche, planejamento familiar, licença maternidade e família”. Disputou a reeleição pelo PDC em 1990, mas não obteve êxito. Foi conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas e vice-presidente do colegiado até aposentar-se por idade em 1999. Nas suas tomadas de posição, ela articula idéias de política, família e religião, apresenta-se como defensora de direitos para mulheres e condena os preconceitos de gênero com base em “ensinamentos bíblicos”. A agente reúne o menor número de publicações e de inserções culturais (em comparação com as demais). Seus escritos são basicamente de caráter generalista (mulher e família) e especializada (educação). (Principais fontes: DHBB; <http://www2.camara.leg.br> e <http://dialogue.adventist.org/articles/>, acessados entre novembro e dezembro de 2012).

O próximo caso se singulariza pelo engajamento militante, com a ocupação do seu primeiro mandato aos 39 anos, num partido oposicionista, mas ela morreu em 1992, vítima de um câncer de mama. Observa-se no seu perfil uma maior politização da categoria “mulher” em detrimento da associação direta com determinados papéis ou universos da vida social (como educação, família e religião). Delineando, pois, um perfil que será mais recorrente nas próximas parlamentares a serem apresentadas.

Formada em línguas, sem pós-graduação, atuou como jornalista e exerceu por duas vezes o mandato como deputada federal: em 1978, pelo MDB; e, em 1982, pelo PMDB, partido ao qual se filiou com o pluripartidarismo e do qual se tornou vice-líder. Durante a primeira legislatura, integrou a delegação de parlamentares que visitou Cuba e a delegação que participou das festividades do quarto aniversário da revolução sandinista, na Nicarágua. E, na segunda, fundou o Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela. Assim como a anteriormente descrita, foi deputada federal constituinte, eleita em 1986. Pelo o que consta, ao longo de sua atuação na Constituinte, dentre outras coisas, defendeu as principais bandeiras do movimento feminista, como a legalização do aborto, a instalação obrigatória de creches nas empresas e a ampliação dos direitos da mulher trabalhadora. Pertencente à facção considerada mais “à esquerda” do PMDB, deixou o partido em junho de 1988, para ser uma das fundadoras do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Logo em seguida, no entanto, filiou-se ao PDT e, sem sucesso, tentou a reeleição em 1990. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, ao final da legislatura. Passou a presidir a seção regional do Instituto Alberto Pasqualini em Pernambuco, instância de estudos políticos ligado ao PDT. Seus escritos, concentrados na década de 1980, articularam questões clássicas da esquerda constituída nos processos de luta contra a ditadura e redemocratização do país, bem como se enquadram num registro mais generalista e memorialístico. Em homenagem póstuma, foi definida como uma mulher “aguerrida”, “ousada”, “forte”, “coerente”, “passional”, “corajosa”, “inteligente”, “racional”. Seu nome foi dado a um instituto de combate a um câncer (Principais fontes: DHBB; <http://www.onordeste.com/>; <http://www.vecgaranhuns.com/>, acessados em fevereiro de 2013).

Em comum com as duas anteriores, a parlamentar que segue foi Constituinte e, a exemplo dessa última, aciona o discurso “classista” entre as principais clivagens sociais que marcam a sua

militância. Aqui mais especificamente relacionado à distinção fundada em uma origem social baixa (nas favelas do Rio de Janeiro), juntamente com o fato de ser negra.

Filha de um pedreiro ou lavador de carros, ela começou a trabalhar na infância e, entre outras atividades, foi empregada doméstica, professora de uma escola comunitária e funcionária do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), no RJ. Em 1972 converteu-se à religião evangélica, em 1976 foi presidente da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira. Foi fundadora do departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (CEMUF). Trabalhou com políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, na década de 1980: participou da fundação do PT, elegeu-se vereadora, formou-se pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, e elegeu-se deputada federal na legenda do PT (enquanto seu então marido, liderança comunitária, concorria, sem êxito, a vice-governador do estado do Rio de Janeiro na chapa encabeçada pelo escritor e jornalista Fernando Gabeira). Reelegeu-se em 1990. Nesta década, concorreu, sem sucesso, à prefeitura do Rio de Janeiro; foi titular da Comissão de Relações Exteriores e defendeu a aproximação comercial e cultural do Brasil com os países africanos; foi empossada Senadora, participou da IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim); conseguiu a aprovação do Senado a sua emenda constitucional regulamentando o trabalho dos empregados domésticos e estendendo à categoria benefícios trabalhistas. Chegou a ocupar o cargo de vice-governadora, em 1999, e de prefeita do Rio de Janeiro, em 2002 (graças à renúncia do titular para concorrer à presidência da República). Em 2003 foi Secretária Especial da Assistência e Promoção Social, com *status* ministerial. Não raro, esta agente apresenta-se mediante as equivalências: mulher, negra e pobre, sublinhando suas inscrições militantes em questões derivadas deste trinômio, sua identificação religiosa (evangélica) e política (ao PT). Atualmente é casada com um ator e sua produção escrita tem um caráter mais frequentemente generalista e é publicada no âmbito da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. (Principais fontes: DHBB; www2.camara.leg.br; www.senado.leg.br, acessados em fevereiro de 2013).

Há ainda casos que, assim como a antecedente, ilustram perfis de militantes de esquerda, no entanto com origens econômicas mais abastadas. Para essas agentes, a intervenção política e cultural é diretamente relacionada, respectivamente, a questões de educação e gênero, a partir das suas especialidades de formação e atuação profissional.

A primeira é filha de um pecuarista e tropeiro, casada com um pediatra, ela cursou matemática e investiu fortemente na formação em Pós-Graduação na França. Professora e pesquisadora, em 1970, ela foi uma das fundadoras do Grupo de Estudos Sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA), voltando-se para o ensino em escolas públicas e potencialização do rendimento escolar de alunos com origens mais humildes. Foi candidata, no início dos anos 1980, à vice-presidência do sindicato de professores do Rio Grande do Sul (CPERS). A carreira política institucional foi inaugurada em 1989, como secretária municipal de Educação de Porto Alegre, na primeira gestão do PT na prefeitura da capital (de uma sequência de quatro mandatos petistas). Pelo mesmo partido foi deputada federal de 1995 a 2002, falando basicamente em nome da educação. A partir das ONGs GEEMPA e THEMIS (fundada em 1993 e dedicada à Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero) a agente é responsável pelo projeto, bancado UNESCO e UNICEF, desenvolvido desde 2002, visando à alfabetização de mulheres das classes populares em três meses. Sua produção combina as discussões especializadas e generalistas, principalmente na década de 1990, bem como prioriza a articulação entre formulações acerca das categorias de “educação” e “gênero” com a prática política voltada à politização das mesmas. É mãe de uma reconhecida pesquisadora da questão de “gênero” (Principais fontes: DHBB; <http://www2.camara.leg.br>; <http://www.geempa.org.br>).

A segunda é filha de uma família da elite paulistana (pai fora um grande industrial). A parlamentar nasceu em 1945. Seu primeiro casamento foi em 1964, com um economista, professor universitário, industrial, político senador pelo mesmo partido e igualmente proveniente de uma família paulistana tradicional (do qual se separou em 2001). Concluiu o curso de psicologia (PUC/SP) em 1975 e realizou um mestrado na mesma área na Universidade de Michigan. Atuou como professora e terapeuta entre 1973 e 1976. Na década de 1980, apresentou diariamente o quadro “Comportamento sexual” no programa *TV Mulher* (TV Globo e TV Manchete). Em 1981 filiou-se ao PT e, durante a administração de Luísa Erundina na prefeitura de São Paulo, foi responsável pela elaboração e implantação do programa de orientação sexual nas escolas do município

(Paulo Freire ocupava a Secretaria Municipal de Educação). Depois de inserções em movimentos feministas e vinculados a questões de sexualidade, elegeu-se deputada federal, em 1994. Posicionou-se sobre: a reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; a descaracterização do adultério como crime; sobre assédio sexual; a descriminalização do uso da maconha; aprovação de projeto para permitir o aborto quando se constatasse a anomalia do feto; a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Destacando-se na aprovação do projeto de sua autoria garantindo a reserva, para as mulheres, de 20% das vagas de candidatas de cada partido ou coligação. Disputou, sem sucesso, a eleição ao governo de São Paulo, em 1998, e, em 2000, concorreu, com êxito, à prefeitura da mesma cidade. Após a oficialização do divórcio, casou-se novamente, em 2003, com um publicitário, membro da Secretaria de Relações Internacionais do PT. Não conseguiu se reeleger na campanha eleitoral de 2004. Em 2007, durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva no país, assumiu o Ministério do Turismo. Em 2010, elegeu-se Senadora e, em 2012, foi nomeada ministra da Cultura pela presidente Dilma Rouseff. (Principal fonte: Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro).

Todavia, entre as ingressantes na arena política nas últimas décadas há um caso cuja base de legitimação se apoia prioritariamente na formação acadêmica e na especialização profissional em um domínio de saber que vem se tornando hegemônico: a economia.

Filha de um diretor de um grande laboratório farmacêutico (é mencionado como representante comercial de uma multinacional e também como contabilista e jornalista), a agente nasceu na cidade de São Paulo, em 1944. Começou a trabalhar com 16 anos e foi estagiária da secretaria da Fazenda e funcionária do Tribunal de Contas, enquanto cursava economia na USP (1963). Em 1967, trabalhou como economista na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, transferindo-se no ano seguinte para a Viação Aérea São Paulo (VASP). Em 1968, concluiu o curso de pós-graduação em economia na USP e, em 1969, mudou-se para os Estados Unidos, onde fez pós-graduação e o mestrado em economia. Casou-se com um gaúcho e, quando voltou ao Brasil, no início da década de 1970, foi residir em Porto Alegre (o marido se tornou professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS). A partir de 1974, começou a trabalhar como consultora de empresas e, dois anos mais tarde, especializou-se em estatística pela UFRGS. Em 1983, assumiu a coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, função que exerceu até 1986, quando se tornou membro do conselho fiscal do Banco Meridional, em Porto Alegre. Em 1988, foi contratada como comentarista econômica pela Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), afiliada à Rede Globo de Televisão. Entre 1989 e 1990, foi vice-diretora da Faculdade de Economia da UFRGS e, ainda neste último ano, filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi diretora da Faculdade de Economia de 1991 a 1992, deixou a RBS em abril deste último ano. A carreira pública iniciou em 1993, no cargo de ministra-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação no governo de Itamar Franco (1992-1994), por indicação do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, seu amigo desde 1970 e interino na pasta do Planejamento. Em 1993 integrou os conselhos administrativos do Banco Meridional e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de exercer a função de primeira vice-presidente do diretório regional do PSDB gaúcho. Em 1994, tornou-se a primeira-tesoureira do PSDB nacional e elegeu-se deputada federal pelo RS. Reeleita em 1998, em maio de 1999 foi nomeada diretora de Estudos e Pesquisas do Instituto Teotônio Vilela. Não teve êxito no pleito para a prefeitura de Porto Alegre (2000), elegendo-se novamente deputada federal (2002). Em 2006 conquistou o governo do estado (RS). Não conseguiu a reeleição em 2010, em 2012 voltou a trabalhar como jornalista, desta vez na Rede Pampa, e como colunista no Jornal Gente, da Rádio Bandeirantes de Porto Alegre. A sua publicação é preponderantemente voltada para questões econômicas interseccionadas com as políticas. (Principal fonte: Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro).

Um aspecto interessante presente em quase todas as biografias, já mencionado por Barreira (2006), diz respeito à ênfase na dimensão do pioneirismo que aplicam como trunfo e é decorrente justamente de um processo gradativo de afirmação de representantes mulheres e da sua persistente raridade. As justificativas suscitadas (por intelectuais e militantes) para o limitado (e quase sempre lamentado) número de mulheres na política institucional e partidária formam o repositório de

predicados enfatizados por lideranças que conseguiram transpor tais obstáculos, por exemplo, compatibilizar “vida pessoal” com a “vida pública”, enfrentar preconceitos de gênero, ter capacidade (em vários sentidos) de interpelação, guiar-se por sentidos de missão, abnegação, entre outros. O que garante o peso de distinção nas biografias do vanguardismo: “única representante da bancada”, “primeira senadora paulista”, “primeira a governar o Rio Grande do Sul”, “primeira a dirigir a faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS”, “primeira a ocupar uma vaga no Senado Federal”, “primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado”, “primeira mulher pernambucana a ocupar uma cadeira do plenário da Câmara Federal”, entre outros.

Considerações finais

Há inúmeras diferenças instauradas nas relações de qualificação e detração entre os sexos, determinando como “homens” e “mulheres” devem ser identificados e se identificam enquanto tal, prescrevendo suas respectivas disposições e papéis. Na transposição das barreiras que separam “profanos” e “profissionais” (no sentido weberiano), as mulheres são “mulheres na política” e, apesar de raras, acumulam e redefinem identificações que comportam o duplo papel político. Como nas dimensões sistematizadas por Alessandro Pizzorno (1988; 1986), autorizam-se a produzir identidades coletivas (a partir de associações, movimentos, partidos, escritos, etc.) criando símbolos de reconhecimento, de solidariedade, de mobilização, etc. (dimensão simbólica); e conquistam a autoridade tanto para tomar decisões que envolvem a utilização de determinadas estruturas (aparelho estatal, instituições, etc.), como para ativar estratégias que produzem adesões (leis, direitos, etc.).

A raridade dos perfis aqui analisados está fundada em notoriedades advindas da capacidade de mobilizar atributos acumulados em domínios diversos (inscrições em esferas da produção cultural, da exposição midiática, do magistério, etc.). Concentrando *multinotabilidades*¹⁰, desde o momento das suas estreias na política, elas passam a desfrutar de bases institucionais propiciadas por partidos políticos (vagas em nominatas, estruturas de campanha e aportes financeiros). Com a proeminência que adquirem em instâncias de poder institucionalizadas, como no legislativo e no executivo, podem capitalizar mais fortemente tal reputação como trunfo de luta política na concorrência com seus pares (homens e mulheres). Somando-se a isso, a paulatina modificação na balança de poder entre os sexos e suas repercussões em âmbitos políticos, econômicos e culturais e,

¹⁰ Sobre a noção de *multinotabilidades* para informar os vários e indissociáveis reconhecimentos acumulados por políticos com trajetórias de investimentos intelectuais, ver Reis & Grill (2013).

talvez em especial a adoção da regra de cotas para mulheres nas listas dos partidos brasileiros desde a década de 1990, já explorada na literatura.

Cabe salientar que a escalada de cargos (secretarias, ministérios, comissões, etc.) e as atribuições que detiveram (porta-vozes de bandeiras de lutas em universos privilegiados), parecem solidamente associadas à demonstração de saberes que se cristalizaram em exposições personalizadas de competências (via magistério, fundações, mídias e produções escritas), autorizando-as às investidas em postos de comando político. Contudo, os meios mobilizados para transpor as barreiras que se antepõem à participação das mulheres no âmbito do espaço do poder, são simultaneamente fatores, para a maior parte dos casos, de restrição do leque de lugares, causas e linguagens a que estão aptas a ocupar, defender ou pronunciar. Como num jogo de ganhos e perdas, produzem efeitos de subversão – interferências que provocam redefinições de formas de agir e de pensar o mundo social e mundo político – sem, paradoxalmente, conseguir fugir aos constrangimentos do jogo político e do jogo dos gêneros.

Os casos das parlamentares aqui tratados parecem sintomáticos do duplo movimento de ajuste aos padrões de comportamento dos políticos profissionais e das exigências ao reconhecimento como “políticas” (de uma condição de “elite”) e, ao mesmo tempo, cultivam as bases de distinção com os pares e de identificação com o eleitorado (de uma condição de “distinção”).

Como pista, aponta-se que o conjunto de posições e posicionamentos assumidos pelas parlamentares permite que alinhem uma base triádica de notabilidades: formulação, transmissão e delegação. Quer dizer, a intervenção no espaço público é tributária da acumulação, combinação e mobilização de trunfos advindos da capacidade de formação, de interpelação e de transmissão fundadas nas atuações como professoras, comunicadoras, militantes e escritoras. Isso não está separado da “arte de representar”, do *fetichismo da delegação política* (Bourdieu, 2004), que vai além da aptidão para realizar obras ou para falar em nome de determinadas causas ou categorias, mas está fundada no reconhecimento da capacidade em produzir seus fundamentos teóricos e reflexivos, e ainda sustentá-los e transmiti-los como problemas legítimos em espaços de consagração cultural e políticos.

Bibliografia

- ACHIN, Catherine. Démocratisation du personnel politique et parité: un premier bilan. *Mouvements* n°18, nov-déc 2001. pp. 57-61.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 24, jun. 2005. pp. 193-215.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.
- BARREIRA, Irllys. Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: a participação de mulheres no Congresso Nacional. *Comunicação no 30º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2006.
- BAUDELLOT, Christian, ESTABLET, Roger. *Quoi de neuf chez les filles? Entre stéréotypes et libertés*. Paris: Nathan, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O Ponto de Vista do Autor. Algumas propriedades Gerais dos Campos de Produção Cultural. In: BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 243-316.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*, Lisboa: Difel, 1989.
- COLLOVALD, Annie. La République du militant: recrutement et filières de la carrière des députés, In: BIRNBAUM, Pierre (dir.), *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.
- COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*. 1988, vol. 73. pp. 29-40.
- CORADINI, Odaci Luis e REIS, Eliana T. dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 9, n° 17, 2012. pp. 09-17.
- DOLAN, Kathleen. *Voting for Women: How the Public Evaluates Women Candidates*. Boulder: Westview Press, 2004.
- GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1992.
- GRILL, Igor G. & REIS, Eliana T. dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. *Revista Pós de Ciências Sociais*, vol. 09, n°17, 2012. pp. 101-122.
- GRILL, Igor G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, E.; GRILL, I.G. (Orgs.). *As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013. pp. 227-278.
- GRILL, Igor G. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. *Revista Política & Sociedade*. vol. 11, n° 22, 2012. pp. 11-40.
- GROSSI, Mirian P. e MIGUEL, Sônia M. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Estudos Feministas*, vol.9, n°1, 2001. pp. 211-221.
- GUIONNET, Christine e NEVEU, Érik. *Féminin/Masculin. Sociologie du genre*. Paris: Armand Colin (Collection U), 2004.

- LAGRAVE, Rose Marie. Recherches féministes ou recherches sur les femmes. *Actes de la recherche en sciences sociales* (83), 1990. pp. 27-39.
- LÉVÊQUE, Sandrine et DULONG, Delphine. Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre en ressource politique. *Politix*, vol. 14, n. 60, Année 2002, pp. 81-111.
- LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, ano 7, outubro de 1992. pp. 47-68.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Não se fazem mais oligarquias como antigamente. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre, PPGCP/UFRGS, 2000.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres. Relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4). Dossiê História das Mulheres no Ocidente, 1995. pp. 9-28.
- PINTO, Céli Regina J. Paradoxos da participação política das mulheres no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.49, março/maio 2001. pp. 98-112.
- PIZZORNO, Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In. Foxley, A. (et alli). *Desenvolvimento e Política*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PIZZORNO, Alessandro. Sur la rationalité du choix démocratique. In. BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean (dir). *Sur l'individualisme*. Paris: FNSP, 1986, pp. 364-369.
- REIS, Eliana T. dos & GRILL, Igor G. "Arte de escrever", "Vocação para representar": trajetórias e produção intelectual de políticos brasileiros. (*Paper*) XVI Congresso brasileiro de Sociologia, UFBA, Salvador, 10-13 setembro de 2013.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. pp. 71-99.
- SIGAL, Silvia. Intelectuais, Cultura e Política na Argentina. *Revista Pós Ciências Sociais*. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.9, n.17. São Luís: EDUFMA, 2012. pp. 51-66.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 1991, no. 17. pp. 7-14.
- SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. *E-Legis*, Brasília, nº 05, 2º semestre de 2010. pp. 79-94.
- VELLOSO, Mônica P. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. FGV/CPDOC. Rio de Janeiro, 1987.